

TEORIA CRÍTICA E NEOLIBERALISMO NO BRASIL: ANOTAÇÕES SOBRE ROBERTO SCHWARZ E FRANCISCO DE OLIVEIRA

*Critical Theory and Neoliberalism in Brazil:
Annotations about Roberto Schwarz and Francisco de Oliveira*

RENATO FRANCO*

rbfrancoforte@hotmail.com

DÉBORA CRISTINA DE CARVALHO*

deboracarvalho@ufla.br

Data de recebimento: 1º de abril de 2021

Data de aceitação: 26 de julho de 2021

RESUMO

O objetivo deste ensaio – verdadeiramente modesto – é a) o de examinar em traços gerais como as mais relevantes concepções teóricas elaboradas por uma corrente de pensamento denominada por Paulo Eduardo Arantes de “escola paulista de pensamento” – de natureza crítica e dialética – foram retomadas ou desenvolvidas em nova chave por um dos remanescentes do grupo – Roberto Schwarz.- que, ao mesmo tempo, teria elaborado uma concepção original ao amalgamá-las com um enfoque teórico e metodológico conformado pelas obras de Walter Benjamin e Theodor Adorno; b) Apontar como a reflexão de Schwarz e dos autores da “escola paulista de pensamento” forneceram elementos (ou não) para uma crítica do neoliberalismo e uma compreensão do capitalismo em sua totalidade; c) Por fim, o ensaio almeja – também em linhas gerais – examinar uma importante obra de Francisco de Oliveira, tributário desse tipo de pensamento dialético d) ao mesmo tempo, procura-se destacar como essa corrente crítica de pensamento se esgotou com a disseminação da onda neoliberal no país.

Palavras-chave: Escola Paulista de pensamento, Roberto Schwarz, Francisco de Oliveira, teoria crítica no Brasil, teoria crítica e neoliberalismo no Brasil, crítica do neoliberalismo e do capitalismo no Brasil.

* Universidade Estadual Paulista, Araraquara-Brasil.

* Universidade Federal de Lavras-Brasil.

ABSTRACT

The purpose of this paper is: a) to examine in general terms how the most relevant theoretical conceptions elaborated by a current of thought called “Paulista School of Thought” were taken up or developed in a new perspective by Roberto Schwarz, who would have elaborated an original conception based on the Critical Theory of Society of Theodor Adorno and Walter Benjamin; b) to point out how the reflection of Schwarz and the authors of the “Paulista School of Thought” provided elements (or not) for a critique of Neoliberalism and an understanding of Capitalism as a whole; c) finally, this paper aims to examine an important work by Francisco de Oliveira, a tributary of this type of dialectical thinking. And, at the same, it seeks to highlight how this critical current of thought was exhausted with the dissemination of the Neoliberal wave in Brazil.

Keywords: Paulista School of Thought, Roberto Schwarz, Francisco de Oliveira, critical theory in Brazil, critical theory and neoliberalism in Brazil, criticism of neoliberalism and capitalism in Brazil.

I

O pensamento social brasileiro de caráter crítico conheceu no pós-guerra significativa produção; seu escopo foi o de esclarecer a efetiva condição do país – inclusive desvendando detalhadamente seu modo de inserção no cenário mundial – no intuito de identificar e superar os impasses internos, assim como os obstáculos externos objetivos, que até hoje impedem ou dificultam a formação local de uma sociedade moderna tanto em termos econômicos quanto sociais. Nessa perspectiva, não deixa de ser notável a formação, após a década de 1930, de uma consciência capaz de reconhecer o caráter subdesenvolvido do país; reconhecimento que se impôs como tarefa prioritária não apenas para o pensamento social ou econômico, mas também para o imaginário literário e, um pouco mais tarde, para o cinema, o teatro e a música popular – consciência que Antonio Candido, um dos mais destacados críticos literários do país e intelectual radicalmente engajado na empreitada acima referida, denominou de “consciência catastrófica do atraso” (Candido, 1987). Roberto Schwarz, um dos estudiosos mais representativos dessa safra de pensamento crítico de natureza dialética – cujo itinerário intelectual é objeto desse pequeno estudo –, caracterizou com precisão o período em questão, que se estenderia, grosso modo, até meados da década de 1960:

“A discussão sobre o subdesenvolvimento adquiriu uma representatividade contemporânea inédita, que abria perspectivas ao pensamento de oposição também

no mundo desenvolvido. A circulação mundial da obra de Celso Furtado e da Teoria da Dependência, sem falar no destaque alcançado por artistas latino-americanos do período, dá testemunho desse interesse acrescido. Com altos e baixos, a floração do marxismo e da dialética no continente expressava e formulava esta repolarização dos pontos de vistas, que impregnou de história e contradição a questão dita técnica da luta contra o atraso” (1999: 100).

Dentre os esforços teóricos dispendidos com o objetivo de esclarecer em termos amplos o referido fenômeno cumpre destacar aqueles que buscaram elaborar uma “teoria do subdesenvolvimento” – voltada ao esclarecimento de sua origem, de sua dinâmica e de sua possível superação – como é o caso da obra de Celso Furtado¹; também a dos pesquisadores responsáveis pelo desenvolvimento da chamada “Teoria da dependência”², que propôs aguda reflexão sobre as condições materiais dos países latino-americanos ou sobre seus modos de inserção no cenário internacional, assim como sobre suas possibilidades históricas concretas – concepção teórica que, mais tarde, serviria de ponto de partida para a elaboração da teoria do sistema-mundo, ao menos no tocante à contribuição original de Immanuel Wallerstein. No âmbito dessa concepção teórica cabe mencionar o ensaio de André Gunder Frank intitulado *O desenvolvimento do subdesenvolvimento* (1966), de notável influência na época e hoje considerado como aguda reflexão sobre o caráter e o desenvolvimento do capitalismo encarado como fenômeno mundial, além de tributário da expansão e refinamento do debate marxista na América – desencadeado após as formulações inovadoras de Paul Baran. Sua tese mais espetacular é a de que o subdesenvolvimento não resultaria da falta de desenvolvimento – como sustenta a teoria da modernização social de origem estadunidense preconizada por Walt W. Rostow (1961) –, mas do próprio desenvolvimento do capitalismo, que seria um sistema capaz de gerar ao mesmo tempo tanto o desenvolvimento quanto o subdesenvolvimento; nesse sentido, este estaria plenamente conectado com a própria

¹ Dentre sua vasta obra, notadamente *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (2009), *Formação econômica do Brasil* (2007) e *O Capitalismo global* (2000).

² A Teoria da Dependência implicou vários pesquisadores de diversos países da América Latina abrigando diferentes versões ou correntes, sendo possível identificar nela três linhas distintas de pensamento: a originária dos cientistas sociais reunidos na CEPAL – que revelam os limites do projeto de desenvolvimento nacional autônomo –, a dos neomarxistas agrupados no Centro de Estudos Econômicos da Universidade do Chile (CESO), que envolveu Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, Rui Mauro Marini e talvez André Gunder Frank – embora os três primeiros não o considerassem pertencente a essa corrente; e uma corrente composta por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto – considerada algo imprecisamente por alguns estudiosos como representante do marxismo ortodoxo.

expansão e dinâmica dos países desenvolvidos³. Tese que, por sua vez, refuta implicitamente a concepção segundo a qual o subdesenvolvimento seria uma etapa pela qual passariam todos os países em seu desenvolvimento histórico, conforme Marx concebeu no prefácio de *O capital* – concepção refutada por Paul Baran, cujas pesquisas demonstraram terem os países mais avançados industrialmente sido não-desenvolvidos em parte considerável de suas formações históricas, sem que semelhante fato pudesse significar terem sido em determinado momento subdesenvolvidos: nessa perspectiva, o subdesenvolvimento seria um fenômeno histórico relativo à formação capitalista; mais precisamente, resultado do modo original de estruturação das colônias latino-americanas pelas diferentes metrópoles, que nelas teriam introduzido uma estrutura voltada para o comércio mundial, ou seja, integrada ao mercantilismo e ao capitalismo.

A reflexão sobre o caráter e as implicações do subdesenvolvimento, assim como sobre a possibilidade de superá-lo rumo ao estabelecimento de uma sociedade moderna e democrática – capaz de inserir no mapa da cidadania mundial qualquer cidadão brasileiro, e não apenas o de uma determinada classe social – não era uma abstração; de fato, era sentida ou percebida como muito concreta e viável, já que alicerçada historicamente nos efeitos locais da grande crise do capitalismo verificada durante as décadas de 1930 e 40, período em que os países da região conheceram relativa independência em relação aos que tradicionalmente os exploravam economicamente – em alguns casos, chegando até mesmo a dirigir e a orientar a industrialização local, fato que não deixava de ser auspicioso, além de enorme novidade. Convém ainda lembrar que o fim da guerra mundial trouxe novo alento às iniciativas econômicas gerando por toda parte esperanças concretas de desenvolvimento e de autonomia.

II

Até o final da década de 1960 não se desenvolveu apenas a Teoria da Dependência; o mesmo ocorreu com um tipo de pensamento crítico denominado por Paulo E. Arantes de “escola paulista de pensamento” (2004), por ter florescido na cidade de São Paulo a partir de 1958 com a formação de um grupo de estudos dedicado a

³ André Gunder Frank, por exemplo, salienta ter sido o desenvolvimento europeu no século XVIII fundamentalmente fruto da expropriação colonial dos países da América Latina: a Europa nesse período não teria gerado riqueza, mas teria financiado seu desenvolvimento com o capital que extraia das colônias do continente americano (Frank, 1965).

reler a obra de Marx⁴, inspirado no grupo francês “Socialismo e barbárie”. Como este, teve como objetivo promover uma releitura rigorosa dos textos fundamentais do marxismo conferindo ênfase extraordinária ao potencial do método dialético, no qual a categoria de totalidade ocuparia papel decisivo. Ressalte-se ainda não destoar semelhante empreitada da atmosfera cultural da época, que tendia a conceder em muitos lugares especial atenção às questões metodológicas no âmbito do marxismo e, nessa direção, a valorizar obras como *História e consciência de classe* ou *Questão de Método*. Como salientou posteriormente um dos participantes:

“A volta a Marx representava um esforço de auto-retificação da esquerda, bem como da reinserção na linha de frente da aventura intelectual. Afrontava o direito à exclusividade, o monopólio exegético que os partidos comunistas haviam conferidos a si mesmos em relação a obra de seus clássicos, do qual davam uma versão de catecismo, inepta e regressiva” (Schwarz, 1999: 88).

Ainda segundo Schwarz, o grupo teria produzido algumas obras decisivas, capazes de alterar em profundidade o entendimento do país e de se equiparar aos clássicos do pensamento social brasileiro como *Casa Grande & Senzala* de Gilberto Freire e *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda: seria o caso da obra de Fernando Novais *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*, considerada pelo crítico literário como “a obra prima do grupo” (Schwarz, 1999: 96) além de *Empresário industrial e desenvolvimento econômico* de Fernando Henrique Cardoso, publicado em 1964, e também *Homens livres na ordem escravocrata* de Maria Sílvia de Carvalho Franco, que embora não pertencesse diretamente ao grupo adotou – ainda segundo Schwarz – visão teórica e metodológica semelhante à veiculada pelos membros do seminário.

Não é objetivo deste ensaio – verdadeiramente modesto – o exame detalhado de semelhante produção teórica ou de suas implicações políticas posteriores: o objetivo aqui é, primeiramente, o de destacar em traços gerais suas formulações teóricas – de natureza dialética – mais relevantes, as quais foram retomadas ou desenvolvidas em nova chave por um dos remanescentes do grupo – o já citado Roberto Schwarz – que, ao mesmo tempo, teria elaborado uma concepção original ao amalgamá-las com um enfoque teórico e metodológico conformado pelas obras de

⁴ Segundo Schwarz (1999), o grupo reuniu o filósofo José Arthur Giannotti, os cientistas sociais Fernando Henrique Cardoso, Ruth Cardoso e Otavio Ianni, o historiador Fernando Novais e o economista Paul Singer; incluiu ainda os estudantes Roberto Schwarz, Gabriel Bollaffi, Francisco Weffort e Michel Löwy.

Walter Benjamin e Theodor Adorno – feito que o torna referência obrigatória da Teoria Crítica no Brasil, além de seu principal representante⁵. Por fim, o ensaio almeja – também em linhas gerais – examinar como essa corrente de pensamento desembocou na importante obra do sociólogo Francisco de Oliveira a fim de, em seguida, destacar seu enfraquecimento ou “apagão”, para usar a feliz expressão de Paulo Eduardo Arantes (2004), outro destacado representante da escola paulista de pensamento.

III

O desenvolvimento das reuniões e estudos do grupo delineou como problema fundamental para a reflexão crítica o significado da presença da escravidão no país mesmo após a independência (1822) – problema que, obviamente, implicava o esclarecimento da relação entre capitalismo e escravidão, termos até então tidos como antitéticos. Nesta direção, em 1962 aparece *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*⁶ de Fernando Henrique Cardoso (1997), que contestava as conclusões da maioria dos estudiosos do período ou desse fenômeno social: enfim, negava ser a escravidão uma anomalia – uma sobrevivência de aspectos arcaicos e residuais provenientes da era colonial – tendente a ser superada pelo movimento da história em direção à configuração moderna do capitalismo local. De fato, a tese de Cardoso não poderia ser mais clara e inovadora: ela sustenta não ser a escravidão semelhante arcaísmo ou incompatível com o capitalismo; ao contrário, para o autor

⁵ Não é objetivo do trabalho identificar na obra de Schwarz os vestígios de sua assimilação dos argumentos ou concepções de Walter Benjamin ou Theodor Adorno, que, entretanto, são nela notáveis. Para apontar semelhante filiação talvez seja preciosa a entrevista intitulada “Sobre Adorno” (2012: 44-51), na qual Schwarz afirma “Adorno busca a atualidade como um atributo decisivo. Tomando a coisa pelo outro lado, as discussões a respeito da perda de atualidade estão no centro da crítica estética e social que ele pratica. Elas são a contraprova do atualismo dele” (44). Nela, também afirma que a “perspectiva crítica completamente incomum [de Adorno] na época e depois está na origem da radicalidade de suas reflexões [...], que na minha opinião resistiu ao tempo” (45). Talvez Schwarz tenha assimilado semelhante atitude crítica, já que “o mais atual de Adorno talvez seja sua atitude geral de crítico, inteiramente aberto, atentíssimo, e sobretudo movido pela ambição a mais alta possível” (45) – atitude que também o caracteriza. Na mesma entrevista, se refere a Walter Benjamin, “que teria reinventado, no campo da estética, o fato de a ciência ter se tornado uma força produtiva tornando antiquada a noção de classe operária” (44), acrescentando que “nessa ótica Adorno é continuador de Benjamin”. Em “Um seminário de Marx” (1999) Schwarz afirma ser a grande insuficiência do seminário “não ter compreendido a importância dos frankfurtianos” (104).

⁶ Conforme já destacou Roberto Schwarz (1999), cuja análise seguimos aqui, embora um tanto livremente.

ela seria necessária ao desenvolvimento do capitalismo na região sul do país inclusive por promover um tipo peculiar de racionalidade econômica. Ou seja, encarada desse ângulo inusitado⁷, a escravidão aparecia como um fenômeno da atualidade e não como elemento “atrasado” ou “residual”.

Como se pode observar, não são poucas as implicações de semelhante análise. Dentre estas, cumpre destacar a) o movimento da história nacional não confirmou as expectativas tecidas pelos estudiosos tradicionais ou adeptos de uma forma positiva da dialética, já que o fim da escravidão conduziu à marginalização ou exclusão do negro em relação ao processo produtivo – marginalização que agravou de maneira descomunal as desigualdades de classes e determinou a configuração moderna da estrutura social do país; b) semelhante exclusão não criou as bases locais da moderna sociedade de classes: ao contrário, por exigência da dinâmica do capitalismo local, estabeleceu uma sociedade profundamente alicerçada na desigualdade de oportunidades e de classes, a qual faria parte de nossa atualidade e que em hipótese alguma poderia ser interpretada como um resquício ou herança da era colonial: ao contrário, seria a forma encontrada pelas classes mandantes para inserir o país na divisão internacional do trabalho; c) conforme destaca Schwarz, o livro também contrariou a tese da construção da história conforme um modelo linear e etapista rumo a um progresso constante; em vez disto, a obra sugere ser a construção histórica do país configurada por avanços e recuos combinados – muitas vezes inesperados, dando margem “à ação inventiva e manhosa da classe dominante”, desmontando assim o mito de que esta agiria por impulso e por motivos meramente casuais; d) a obra também apresentaria uma implicação contundente ao sustentar que o capitalismo não se realizaria nem se desenvolveria igualmente em todos os países ou regiões – concepção explosiva, como se pode notar, por confrontar a tese clássica sobre o assunto, a qual pressupõe serem os países subdesenvolvidos obrigados a percorrer os mesmos caminhos trilhados anteriormente pelos desenvolvidos ou industrializados. Nesse sentido, Cardoso inicia – ou anuncia – a análise da forma histórica do desenvolvimento capitalista na ex-colônia transformada em país periférico: enfim, revela a singularidade de sua formação conjugada com o movimento do capitalismo mundial. Enfim, a análise da relação entre

⁷ Semelhante ângulo de visão sobre o significado da escravidão foi, muito provavelmente, explorado de forma pioneira por Cyril L. R. James em 1938 em seu livro sobre a revolução haitiana intitulado *The black Jacobins: Toussaint L'Ouverture and the Saint Domingo Revolution* (tradução espanhola: *Los jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture y la revolución de Haiti*. México, Fondo de Cultura Económica, 2003).

capitalismo e escravidão desemboca, contra as expectativas e visões teóricas até então predominantes, no desvendamento da relação íntima entre os dois termos, já que a escravidão despontaria nesse caso como um elemento moderno: como tendo “parte com o progresso”, para usar a expressão de Schwarz (1999: 94).

O significado da escravidão também foi objeto de investigação do principal – segundo Schwarz – livro resultante do trabalho coletivo do grupo, o já citado *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)* de autoria de Fernando Novaes (1979), obra que desvela o desenvolvimento da referida crise à luz da dinâmica do capitalismo mundialmente considerado; enfoque que, por sua vez, permite uma compreensão nova e totalizante do cenário da época, Brasil incluído. Para Schwarz, a novidade da análise proposta na obra comporta um refinamento metodológico, visto não conferir primazia à produção ou ao dado material local – como preconizava até então o figurino do pensamento materialista dominante –; em contrapartida, a dinâmica global do capitalismo adquire preponderância de modo a esclarecer o fato de ser ela a responsável pelo desenvolvimento do tráfico negreiro, e não o contrário – como até então aqui se concebia.⁸ A análise implica refinado procedimento dialético: em não separar, no exame da situação brasileira, a situação interna da externa, além de considerar com ótica saturada de tensões e dinamismo as esguias relações entre o passado e o presente, também entre o arcaico e o moderno – contrastando assim com os modos fixos de se conceber tais relações, próprios de uma epistemologia positivista ou resultante de “visões encurtadas”.

Semelhante visão teria repercussão na obra mais importante de Roberto Schwarz dedicada ao exame dos romances de Machado de Assis⁹. Com efeito, o crítico extrai consequências e implicações de toda ordem das análises sobre a natureza da escravidão no contexto do capitalismo brasileiro; seu argumento rompe com a mera linearidade histórica e com o raciocínio convencional apresentando-se como contraintuitivo ao se recusar considerar a escravidão como um arcaísmo, como

⁸ Cyril L. R. James parece ter entendido em profundidade esse fenômeno, conforme sugere em sua análise da revolução haitiana. Cf. nota 8.

⁹ Schwarz, R. *Machado de Assis: um mestre na periferia do capitalismo* (1990), *Ao vencedor, as batatas* (1977). O conceito de forma estética sustentado por Schwarz é complexo e exige análise aprofundada – entretanto, por várias razões, semelhante análise não cabe nesse ensaio, cujo objetivo é o de configurar o itinerário – e o possível esgotamento – de um tipo de pensamento dialético verificado no Brasil após a década de 1960. A complexidade do conceito de forma deriva, na obra de Schwarz, do fato de ele se basear tanto no conceito adorniano de forma quanto no elaborado por Antonio Candido, notadamente em *Dialética da Malandragem* (1970) – conforme explicita o próprio autor em *Na periferia do capitalismo* (2012: 47-48),

sobrevivência anômala do passado remoto no presente (século XIX, no caso) – que deveria ser eliminada em nome do “progresso” e da hora histórica –; em contrapartida, assimila os avanços das análises propostas por Cardoso e por Novaes equiparando a escravidão à modernidade capitalista realçando, de quebra, ser ela o instrumento privilegiado para inserir o país no mercado internacional; assim procedendo, confere nova e insuspeitada amplitude ao argumento ao afirmar que a presença da escravidão na história nacional – para o olhar instruído – iluminaria o próprio capitalismo, que não seria assim nem tão avançado nem propriamente tão moderno, já que dela necessitaria a fim de promover seu próprio desenvolvimento. Em outros termos: se a presença local da escravidão de algum modo desabonaria o país, o olhar capaz de inversões dialéticas identificaria no capitalismo internacional, ao necessitar de semelhante fenômeno em um país periférico, um traço perverso, que colocaria em dúvida seu “progresso” histórico e seu caráter “civilizado”. O argumento desenvolvido por Schwarz, enfim, demonstra que a “barbárie não é invenção nacional”, mas uma componente do presente do capitalismo globalmente considerado.

Homens livres na ordem escravocrata de Maria Sílvia de Carvalho Franco (1969) também analisa as relações de classe no país; entretanto, seu foco não são os escravos, mas os homens livres não-proprietários: como estes se inseririam no mundo social, visto não estarem diretamente vinculados com a produção. A obra esclarece como a condição social dessa classe acarretaria a seus membros a subalternidade e a obediência, já que estes dependeriam da proteção de um proprietário para sobreviver, de cuja variação de humor ficariam reféns. De semelhante concepção Schwarz extrairia posteriormente o exame da ideologia do favor, que tem grande importância em sua análise do referido romancista. Ainda segundo o crítico, o livro de Carvalho Franco é também importante por um resultado indireto, visto a pesquisa nele empreendida confirmar uma observação anterior contida no exame da escravidão elaborada por Cardoso, acima referida: a posição social privilegiada da classe dominante local, que desfrutaria de ampla margem de manobra diante da sociedade brasileira¹⁰, coisa dificilmente experimentada em qualquer outro país.

¹⁰ Para adiantar o raciocínio: Paulo E Arantes observa em “A fratura brasileira do mundo” (in *Zero à esquerda*, 2004) que esse pode ser um aspecto decisivo da atual “brasilianização do mundo”: as classes dominantes dos países “desenvolvidos” estariam mimetizando – por assim dizer – o comportamento da burguesia tupiniquim ao adotar um radical “desgarramento do social” – ou seja, uma postura de completo desprezo pela sorte do conjunto restante da população, trabalhadores incluídos. O resultado seria o despontar de uma polarização social ímpar nesses países, que também teria

Segundo Schwarz, essa seria uma das grandes conclusões do referido grupo, deixando entrever um aspecto fundamental dele: embora suas análises enquadrassem a vida das classes subalternas ou oprimidas, elas não foram direcionadas ou assentadas em determinado horizonte político; conseqüentemente, a perspectiva revolucionária ou socialista, por exemplo – que norteou firmemente a produção intelectual dependentista –, não desponta nelas.

Cumpramos realçar – correndo o risco da repetição – que o próprio Schwarz, em seus estudos sobre o narrador machadiano, chega à mesma conclusão que o grupo de estudos sobre Marx no tocante à situação/posição social da classe dominante no país, visto examinar as conseqüências ou implicações dos aspectos acima mencionados na literatura operando com um conceito de forma sustentado tanto pelos estudos de Antonio Candido quanto pelos de Adorno, já que um remete à experiência brasileira e outro à cena internacional. Com semelhante orientação crítica e teórica em seus estudos sobre Machado de Assis, em especial na leitura crítica de *Memórias Póstumas de Braz Cubas*, o crítico encontra na postura do narrador – de total imprevisibilidade – o princípio organizativo da obra. Enfim, o narrador seria marcado por total volubilidade, agindo “como dá na telha”, para seguir o dito popular. Neste traço despótico elevado a princípio organizativo do romance Roberto encontra a mimese de um comportamento de classe – o da classe dominante –, que age na sociedade brasileira com enorme margem de manobra e total desfaçatez. Traço, como se vê, de enorme atualidade.

IV

O pensamento social elaborado por Roberto Schwarz também assimila os resultados da análise efetuada por Fernando Henrique Cardoso em *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil* (1972), publicado no início de 1964, que alia a análise marxista da industrialização – e da situação brasileira – com uma pesquisa empírica sobre os anseios dos empresários nacionais. Recorrendo a uma maneira original de conceber a dialética – resultante das leituras de Marx efetuadas no âmbito do mencionado grupo de estudos –, o livro revitalizava em patamar superior a noção de contradição e configurava o processo histórico como terreno movediço,

sido configurada aqui. A análise dialética, nesse caso, apresenta movimento exemplar: a estrutura social brasileira – com a mencionada situação da classe dominante local – é concebida como resultante do movimento do capital internacional; no entanto, este movimento percorreria agora a direção oposta levando ao núcleo mesmo do capitalismo o que este configurou no Brasil.

cujo movimento nem sempre superaria o elemento arcaico ou “atrasado” nem tampouco caminharía rumo à concretização das perspectivas tramadas em determinada situação ou conflito.

Estruturada com tal arcabouço dialético a pesquisa efetuada por Cardoso não deixava de obter resultado surpreendente: contra a visão predominante no âmbito da esquerda local na época, ela sustentava não estar a burguesia industrial brasileira disposta a liderar um projeto nacional autônomo e, dessa forma, capitanear a industrialização do país; ao contrário, os dados obtidos indicavam que ela se contentava, por força das coisas, em ser uma espécie de “sócia menor da burguesia ocidental e guarda avançada da agricultura”. Conclusão politicamente nada palatável – também devidamente anotada por Schwarz – já que confrontava frontalmente a estratégia então adotada pelo Partido Comunista, defensor da tese exatamente oposta, ou seja, a de que a burguesia local alimentaria interesses anti-imperialistas e, nessa medida, seria a aliada preferencial da classe trabalhadora no combate pela concretização da industrialização. Cardoso sugeria ainda, diante da opção internacionalista da burguesia local, estar o país configurando um horizonte histórico nada confortável: ou o futuro seria esboçado pelas massas populares enfim decididas a tornar-se efetivamente sujeito da história – possibilidade remota? – ou o capital internacional encontraria aqui condições de enorme expansão – alternativa que possibilitaria, ainda segundo o sociólogo, a configuração local de uma espécie de “subcapitalismo”. Com semelhante conceito, Cardoso sugeria ser viável – ainda que à revelia das aspirações populares – ocorrer uma forte expansão industrial no país, cujo ritmo e intensidade, porém, seriam regulados internacionalmente; essa determinação externa promoveria internamente uma limitação dos ganhos sociais a uma parcela restrita da população, cuja maior parte seria deles previamente excluída, portanto. Semelhante concepção seria de fundamental importância para o pensamento crítico de Schwarz, já que afirma a possibilidade de se concretizar a industrialização sem realizar as “promessas políticas e civilizatórias que se costuma associar ao desenvolvimento econômico” (1999: 99). Enfim, trata-se de modernizar sem avançar; ou dito de melhor forma: trata-se de promover um tipo de modernização conservadora capaz de industrializar o país segundo certo modelo, mas sem alterar a condição da população, isto é, sem permitir a configuração de uma verdadeira classe operária, com cidadania e direitos, equiparável às dos países ditos avançados ou civilizados. Enfim, o prefixo “sub” indica a realização – contra as expectativas históricas – de um tipo de capitalismo que apesar de indus-

trializado – ainda que nos moldes da segunda revolução industrial – não superaria a “realidade cruel” do subdesenvolvimento, embora a rigor este termo não mais pudesse ser aplicado.

Para Schwarz, que nesse aspecto extrai consequências da obra de Cardoso – de quem mais tarde se afastaria, já que este enquanto presidente da república optaria pela adoção de radical política neoliberal no país – o golpe civil-militar verificado em março de 1964 se encarregaria de constituir aqui o “subcapitalismo” ao optar governar mediante a “via prussiana”, ou seja, ao constituir um Estado terrorista disposto a reprimir ou a exterminar qualquer oposição e a adotar medidas que garantissem tanto o constante barateamento da reprodução da força de trabalho quanto a crescente perda de direitos da maioria da população, na mesma proporção em que adotava medidas destinadas a intensificar o processo de industrialização, dessa vez devidamente orientado pelo movimento do capital internacional.¹¹ Para dizer de outro modo e com maior propriedade dialética: o surto industrializante e modernizador posto em marcha a partir de 1964 se apoiaria em uma reposição dos arcaísmos e desigualdades brasileiras – e não em sua superação. Essas anomalias, porém, resultariam de um “arranjo sociológico-político em cima do qual se processa a inserção do país na economia internacional, e nada mais normal do que elas, portanto, [visto reporem elas] seu travejamento social arcaico” (Schwarz, 1999: 101). Semelhante tese, ao conceber serem as anomalias e os arcaísmos do país funcionais na atualidade – visto garantirem sua inserção no cenário internacional – reafirma o que já havia sido sugerido no livro anterior de Cardoso sobre a escravidão: o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos seria diverso do experimentado pelos países desenvolvidos ou altamente industrializados. Em outras palavras: sua forma histórica de desenvolvimento seria singular, objetivamente limitada pelo desenvolvimento dos países ditos industrializados ou desenvolvidos – concepção muito próxima das formulações da Teoria da dependência a esse respeito. A limitação não seria assim apenas interna, como por muito tempo se pensou: ela resultaria do próprio movimento – e do desenvolvimento – do capitalismo como um todo; de sua dinâmica interna, que recriaria constantemente as condições materiais para repor o subdesenvolvimento. Uma teoria crítica – sugere ainda Schwarz – não deixaria de indagar se não seria o caso de então se duvidar de tal desenvolvimento.

¹¹ Sobre o período Cf Franco, Renato *Terrorismo de Estado y democracia em Brasil: rupturas, permanências. (Un panorama para extranjeros)* in Dossier “América Latina: crises de los gobiernos progressistas y alternativas actuales” (2016).

V

Se a concepção de Cardoso, assim como a dos demais teóricos dependentistas, identifica a forma histórica singular do desenvolvimento do capitalismo local, Schwarz identifica semelhante singularidade na vida cultural ao empreender a análise de obras literárias ou ao enquadrar criticamente a visão de alguns clássicos do pensamento social brasileiro, como seria o caso de Silvio Romero. De fato – para apontar um exemplo significativo – em suas pesquisas ele constata a existência abrupta de uma “distância entre a construção marxista e a experiência histórica do país” (Schwarz, 2012:283); entretanto, realça não ter semelhante distância servido de motivo para se desconsiderar a referida teoria, mas sim para ocasionar uma reflexão apurada sobre esse desencontro – procedimento que implicou, por sua vez, levar adiante a investigação sobre a particularidade da experiência social ou cultural brasileira. Um desencontro análogo também ocorreu em seus contínuos estudos sobre a obra machadiana: ao procurar assimilar na análise as sugestões ou modelos teóricos encontrados na obra de Theodor Adorno notou que esta, como a de Marx, parecia pressupor terem os países da periferia do capitalismo de percorrer o mesmo percurso histórico dos países europeus; nesse sentido, o desencontro por ela suscitado também foi motivo de densa reflexão¹². Enfim, para resumir e avançar o raciocínio – dar uma volta a mais no parafuso – Schwarz encontra no plano da análise de obras literárias ou da vida cultural local o mesmo desajuste identificado originalmente pelo grupo do seminário e por este teorizado como o tema da

¹² Em Sobre Adorno (2012b: 49) Schwarz afirma: “Ao assumir resolutamente o valor de uma experiência cultural de periferia [...] Antonio Candido chegava a um resultado de peso, que de periférico não tem nada: a universalidade das categorias dos países que nos servem de modelo não convence e sua aplicação direta aos nossos é um equívoco. Não tenho dúvida de que o ensaísmo periférico de qualidade sugere a existência de certa linearidade indevida nas construções dialéticas de Adorno e do próprio Marx – uma homogeneização que faz supor que a periferia vá ou possa repetir os passos do centro”. Em “Um seminário de Marx” (1999: 93) Schwarz sustenta que a originalidade do seminário foi o despontar de “uma ideia que não é exagero chamar de uma intuição nova do Brasil [...] a novidade consistiu em [...] articular a peculiaridade sociológica e política do país à história contemporânea do capital, cuja órbita era de outra ordem”. Nesse mesmo ensaio o autor faz referência ao “girar em falso” das categorias ou conceitos forjados alhures – mesmo os da teoria crítica, Marx incluso – na periferia brasileira. Em “Na periferia do capitalismo” (2012: 283) afirma que o seminário destinado ao estudo de Marx “começou a configurar a distância entre a construção marxista e a experiência histórica do país. [...] Era preciso refletir a respeito, ver o desajuste como um problema fecundo e, talvez, como parte das desigualdades do desenvolvimento do capitalismo. Marx não podia ser aplicado tal e qual no Brasil. [...] Estava surgindo o tema da reprodução moderna do atraso, segundo o qual há formas sociais ditas atrasadas que na verdade fazem parte da reprodução da sociedade contemporânea”.

“reprodução moderna do atraso, segundo o qual há formas ditas atrasadas que na verdade fazem parte da reprodução da sociedade contemporânea, em âmbito nacional e internacional” (2012: 283).

O avanço exige alguma explicação, contudo: na direção apontada, o crítico retoma em chave dialética a constatação da existência quase permanente de certo mal-estar (Schwarz, 1987) na cultura brasileira, que se expressaria por meio da enorme distância verificada entre a maioria da população e a classe dominante – intelectuais incluídos –; semelhante distância seria, para o crítico, o resultado objetivo do modo de formação do Estado nacional visto não ter a independência acarretado qualquer substancial transformação na estrutura de classes nem tampouco da produção; ao contrário, ela teria implicado uma colaboração íntima entre a continuação da opressão colonial – baseada na exploração do trabalho escravo – e o mundo burguês, consolidando assim uma estrutura social marcada por intensas desigualdades, conforme já foi acima salientado. Ainda segundo o raciocínio do autor, a referida estrutura social apresentaria muitas implicações: não seria a menor destas o fato de ela exigir a exclusão social dos pobres – a maioria da população – por necessidade do modo de inserção do país na divisão internacional do trabalho. Dessa forma, a exclusão social seria estrutural – e não meramente conjectural. A escancarada desigualdade social e econômica dela resultante implicaria ainda a desigualdade cultural: a classe dominante teria nessas condições acesso à cultura internacional no campo das artes, da literatura, do cinema e do pensamento, enquanto à maioria ou aos pobres não restaria alternativa senão cultivar suas próprias manifestações, sempre elaboradas em condições adversas ou precárias e não socialmente legitimadas – cujas consequências em longo prazo eclodiriam no século XX. Nessa perspectiva, Schwarz conclui a análise realçando a natureza do Estado delineado no país após a independência: diferentemente do que se poderia comumente pensar ou esperar, ele não seria “atrasado”, mas “fruto da história contemporânea” – isto é, estaria na ordem do dia na atualidade capitalista mundial.

Enfim, a análise do mal-estar na cultura brasileira, considerada pelo ângulo dialético empregado por Schwarz, identifica sua origem na própria estrutura sócio-econômica do país – com suas brutais desigualdades – e não nas questões raciais, como originalmente quis Silvio Romero. Como uma constante de nossa vida cultural, o mal-estar atravessou o século XX sem poder ser resolvido ou tampouco devidamente balizado pela crítica ou pela produção cultural local, apesar dos esforços de alguns modernistas nessa direção – como seria o caso da antropofagia oswal-

diana, considerada pelo crítico literário como ousada e inovadora por ser capaz de inverter a relação entre países dominantes e dominados, além de vislumbrar um tipo diverso de sociedade futura; no entanto, ela comportaria um traço de ingenuidade por supor ser isso possível. De modo análogo, o modernismo local teria oferecido, contra a visão até então predominante, uma maneira de encarar o país capaz de valorizar nossas eventuais desvantagens, que passaram a ser concebidas como vantagens aptas a nos tornar “superiores aos colonizadores, encarados como obsoletos e ultrapassados”- visão que, embora ufanista, teria contribuído para a inserção do país no cenário cultural internacional.

VI

As teorias e concepções acima brevemente resumidas elaboraram diagnósticos sobre a situação efetiva do Brasil, inclusive esclarecendo a condição a ele imposta pelo subdesenvolvimento e desvelando de forma refinada seus modos de inserção no mercado mundial ou na divisão internacional do trabalho, sempre encarados em via de dupla mão; ao mesmo tempo, apontaram as possibilidades concretas que a ele se oferecia no final da década de 1960. Semelhante diagnóstico crítico de fato criava expectativas originais e alimentava a busca de perspectivas novas, muito provavelmente capazes de orientar o país rumo a uma modernização de amplo alcance e à superação do subdesenvolvimento; contudo, passado alguns poucos anos, essa produção teórica foi aos poucos relegada ao esquecimento ou diretamente reprimida e censurada, visto a ditadura civil-militar ter adotado após dezembro de 1968 violenta repressão e truculenta censura à vida cultural autônoma não apenas a fim de impedir a circulação das obras, mas sobretudo com o intuito de extirpar semelhantes formas de pensamento ou concepções. Nessa direção, a Teoria da Dependência foi duramente atingida, de maneira que até mesmo os autores brasileiros nela envolvidos se tornaram em poucos anos quase desconhecidos no país, como é o caso de Theotônio dos Santos, de Rui Mauro Marini e de Vânia Bambirra.

É importante ainda realçar – mesmo correndo o risco da redundância – ter a década de 1970 conhecido os anos mais repressivos e truculentos da história política nacional, inclusive com a configuração de um “Estado Exterminista” (Arantes, 2014; Virilio & Lotringer, 1984) que não hesitou em eliminar fisicamente seus opositores ou em adotar medidas capazes de extirpar qualquer vestígio da dinâmica

social predominante até 1964, seja no campo da política, seja no campo social ou econômico, seja no campo da cultura.

Nessa perspectiva, não deixa de ser sintomática a mudança de rumos preconizada por Fernando Henrique Cardoso durante a década: exilado no Chile após o golpe de 1964, publicou nesse país em 1969 *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* (em parceria com Enzo Faletto), obra em que – segundo Schwarz – generaliza para os países da América Latina a análise da experiência brasileira, diagnosticando estarem também estes submetidos à mesma condição subdesenvolvida, constantemente reproduzida pela totalidade capitalista. Porém, ao retornar ao Brasil, Cardoso teria se afastado da Teoria da Dependência – ou oferecido uma versão “palatável” dela – preconizando a aceitação da irreversibilidade dos efeitos do capital internacional e a consequente viabilidade da superação do subdesenvolvimento no interior mesmo do capitalismo – em clara oposição à concepção de Frank, Dos Santos, Bamberger e Marini, portanto. Nesta direção, abandona a crítica anterior ao capitalismo e ao capital internacional deslocando a atenção e a análise para o principal entrave – segundo sua visão – à superação do subdesenvolvimento: a organização ditatorial do país, na qual teria papel destacado uma espécie de “burguesia de estado”, além dos quadros burocráticos militarizados. Consequentemente, passa a propor a reconstrução democrática: nessa perspectiva, encaminha-se para a ação política tornando-se senador, ministro de Estado e presidente da República e, nessa qualidade, um dos responsáveis diretos pela disseminação do neoliberalismo no país, que já havia sido introduzido pioneiramente no Chile durante a ditadura comandada pelo General Pinochet, iniciada após (e com) o golpe que debelou o governo de Salvador Allende em 1973¹³.

VII

Considerado por Paulo E Arantes como o último representante da já citada “Escola paulista de pensamento”, Roberto Schwarz – leitor de Adorno e Benjamin – en-

¹³ A disseminação da estratégia neoliberal pelo continente americano na década de 1990, Brasil incluído, seria uma imposição dos países ditos desenvolvidos e hegemônicos mundialmente por meio de instituições supranacionais – como o FMI ou o Banco Mundial – em consonância com o ritmo do processo de globalização, que então conhecia uma real intensificação. A onda neoliberal preconizava novas políticas de abertura da economia para o capital internacional, desregulamentação dos mercados locais, desregulamentação das leis trabalhistas – com consequente precarização do trabalho e do trabalhador – e, sobretudo, privatização das empresas estatais e dos serviços públicos.

riqueceu e radicalizou esta tradição de pensamento dialético aproximando-a da Teoria Crítica da Sociedade – da qual foi um dos responsáveis por sua disseminação no Brasil. Para ele, o encerramento abrupto e violento do ciclo nacional desenvolvimentista teria soterrado a possibilidade, vislumbrada no horizonte histórico das décadas anteriores a 1964, de se promover ou conquistar a integração nacional – vale dizer, uma sociedade moderna e menos desigual, com cidadania para todos; teria também intensificado enormemente o grau das anomalias tradicionais brasileiras a ponto de promover concretamente acentuado processo de desarticulação e fragmentação social: entretanto, semelhante processo não seria resultante nem da eventual má condução da política governamental nem de deficiências estruturais internas ao país, mas da conjunção entre os fatores internos e as pressões ou imposições externas, que não deixariam de ser decisivas:

“A falência do desenvolvimentismo [...] abre um período específico, essencialmente moderno, cuja dinâmica é a desagregação. [...] Considerada desse ângulo, a desintegração nacional não é uma questão nacional, e sim um aspecto da inviabilização global das industrializações retardatárias, ou seja, da impossibilidade crescente, para os países atrasados, de se incorporarem enquanto nações e de modo socialmente coeso ao progresso do capitalismo. As fragmentações locais são o avesso do avanço contemporâneo e de seu curso cada vez mais destrutivo e unificado” (1999b: 160).

O diagnóstico de Schwarz registra como nenhum outro os impactos perversos da onda neoliberal nos países subdesenvolvidos da América do Sul: ele retoma em nova chave tanto a concepção do esgotamento do processo de modernização originalmente formulado por Robert Kurz em *O colapso da modernização* (1992) quanto a tese central da teoria da dependência, que sustenta estar o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos fadado apenas a repor constantemente o subdesenvolvimento, reposição esta determinada pelo processo global do capitalismo. Em outras palavras: segundo essa visão, a dependência geraria mais dependência, impedindo os países subdesenvolvidos de se tornarem desenvolvidos – ao menos no interior do capitalismo. Nessa direção, Theotônio dos Santos já havia notado que:

“A expansão industrial da América Latina não resultou na sua passagem para o campo dos países industriais desenvolvidos. Ao contrário, tem aumentado a distância com os países centrais colocados na ponta da revolução pós-industrial” (1979: 20).

VIII

Semelhante tradição dialética e crítica também orientou a elaboração de uma das análises mais consequentes acerca tanto do difícil itinerário do pensamento social – encarado como sintomático dos impasses e dificuldades do país – quanto sobre a efetiva formação histórico-social brasileira posterior a 1950: com efeito, em *O Ornitorrinco* (2003) Francisco de Oliveira recusa enfaticamente qualquer visão evolucionista sobre o subdesenvolvimento, preferindo considerar semelhante fenômeno por meio de ótica radicalmente dialética. Nessa direção, retoma a preocupação de Celso Furtado, que teria entendido a necessidade de se constituir uma teoria do subdesenvolvimento visto ser a forma histórica do desenvolvimento do capitalismo na periferia – em países de passado colonial – diversa da dos países desenvolvidos, conforme já destacado várias vezes ao longo desse trabalho. Em outros termos: visto desse ângulo, o subdesenvolvimento seria uma singularidade que continuaria a exigir explicação. Nessa perspectiva, na primeira parte do livro, refuta vigorosamente as teses relacionadas com a tradicional visão dualista sobre o Brasil sustentando ser o aparente atraso de certos setores ou regiões do país intimamente conectado à face moderna: o atraso estaria de fato diretamente vinculado com a intensificação do processo de acumulação e, portanto, com o próprio processo de industrialização. Assim encarado, o atraso deixaria de ser mero resquício do passado colonial, mera anomalia a ser eliminada; ao contrário, ele passaria a ser uma exigência moderna, sem a qual a modernização não se concretizaria. Prova do caráter funcional dos setores considerados atrasados seria o fato de o país ter desfrutado por muitos anos de uma das mais altas taxas de crescimento do mundo, afirma ainda o referido autor.

A análise – procurando desvendar o subdesenvolvimento enquanto singularidade – se desenvolve focando três aspectos principais. Primeiramente, Oliveira demonstra como os setores ditos atrasados – como a agricultura tradicional, a cultura de subsistência ou ainda as formas antigas de solidariedade no campo – seriam compatíveis com a construção do sistema bancário e financeiro, por um lado; não bastasse isso, também teriam contribuído para intensificar a acumulação seja por ajudar a baixar o custo de reprodução da força de trabalho nas cidades, seja por produzir um excedente que seria canalizado para financiar a modernização, já que não seria assimilável por si mesmo, por outro. Enfim, a análise desvenda o que aparece ao olho desarmado como separado e isolado: ela desvela dialeticamente o

“conjunto de imbricações entre agricultura de subsistência, sistema bancário, financiamento da acumulação industrial e barateamento da reprodução da força de trabalho” (Oliveira, 2003: 130).

O segundo aspecto considerado diz respeito ao aparente “inchaço” das cidades provocado pelo deslocamento de grande contingente populacional sem qualquer qualificação proveniente do campo, também interpretado pela teoria dualista como sintoma do atraso e obstáculo efetivo para a modernização: Oliveira demonstra a falsidade de semelhante concepção ao destacar como o referido “inchaço” ajudaria tanto a formar o exército industrial de reserva quanto o setor de serviços urbanos, em que predominaria o trabalho informal; esses dois aspectos seriam decisivos para a queda da taxa de salário e também para baratear enormemente o custo da reprodução da força de trabalho urbana e industrial. Outro aspecto decisivo do barateamento de semelhante custo seria dado pela presença nas cidades de práticas de solidariedade tradicionais do campo – caso do mutirão¹⁴, examinado pelo autor em um dos momentos altos da análise dialética. De fato, semelhante prática – relacionada com a especulação imobiliária e a questão da propriedade da terra urbana; também com o Estado e seu aparato jurídico, portanto –, ao estimular a autoconstrução de moradias nos fins de semana pelos trabalhadores comportaria outro aspecto significativo do processo de rebaixamento do custo da reprodução da força de trabalho – e, conseqüentemente, da intensificação do processo de acumulação. A análise do mutirão permite ao autor estabelecer relações insuspeitadas, que só a dialética é capaz de estimular: o mutirão aparece assim como o “estado de exceção permanente” a que estão relegados os trabalhadores no quadro da economia brasileira que, por sua vez, é concebida como a exceção no quadro do capitalismo internacional. Vale a citação:

“O subdesenvolvimento viria a ser, portanto, a forma de exceção permanente do sistema capitalista na sua periferia. Como disse Walter Benjamin: os oprimidos sabem do que se trata. O subdesenvolvimento é finalmente a exceção sobre os oprimidos: o mutirão é a autoconstrução como exceção das cidades, o trabalho informal como exceção da mercadoria, o patrimonialismo como exceção

¹⁴ Mutirão é uma prática social tradicional que mobiliza uma comunidade ou um coletivo com a finalidade de se executar certas tarefas com ajuda mútua e de forma gratuita – por exemplo, por ocasião da colheita. Originalmente predominante nas zonas rurais de algumas regiões do Brasil, hoje significa qualquer mobilização de indivíduos, coletiva e gratuita, a fim de se executar serviços que beneficiem uma comunidade.

da concorrência entre os capitais, a coerção estatal como exceção da acumulação privada” (Oliveira, 2003: 131).

Dessa maneira, o autor também pode propor outra explicação avançada de nossa singularidade: o país teria conhecido

“Uma forma de modernização conservadora, ou de uma revolução produtiva sem revolução burguesa. Ao rejeitar o dualismo cepalino, [referente a CEPA, n.a.] acentuava-se que o específico da revolução produtiva sem revolução burguesa era o caráter “produtivo” do atraso como condômino da expansão capitalista” (2003: 131).

O terceiro aspecto considerado pelo autor diz respeito à possibilidade concreta de se superar, por vontade e decisão de classes, o subdesenvolvimento: esta teria sido possível graças à organização dos trabalhadores urbanos e industriais, que poderia ter forçado a superação do constante barateamento da reprodução da força de trabalho; também pelos benefícios acarretados pela eventual realização da reforma agrária, que poderia suscitar tanto um crescimento inusitado da atividade rural e agrícola quanto um determinado esvaziamento das cidades, com consequente aumento de qualidade de vida para a maioria da população. O fator determinante, porém, estaria relacionado com a ação da burguesia local: nessa matéria Oliveira retoma a análise efetuada por Fernando Henrique Cardoso em 1964 apontando ter ela abdicado de construir um projeto nacional “preferindo antes ser sócia menor da burguesia internacional”. As possibilidades não se concretizaram, portanto: ao contrário, o golpe civil-militar perpetrado em 1964 teria fechado a porta da transformação, que, entretanto, esteve aberta. Ao golpe se seguiu, como já foi dito acima, a adoção da “via prussiana” brasileira. O autor realça ainda – e isso é decisivo – não serem esses acontecimentos resultantes do mero acaso ou de um ritmo “natural” da história recente, mas de escolhas objetivas por parte da classe dominante; escolhas permanentemente orientadas na direção do fortalecimento da dominação de classe. Nessa perspectiva, a própria maneira de o país aceitar uma posição subalterna na divisão internacional do trabalho teria sido uma escolha consciente. Convenhamos: dizer isso não é dizer pouco.

Na segunda parte de *O Ornitórrinco* o autor realiza uma avaliação crítica do que ocorreu no país após a implantação da ditadura civil-militar – abrangendo inclusive o período da predominância da onda neoliberal, portanto. Nessa direção, destaca ter este se tornado inteiramente capitalista, inclusive nas áreas rurais, em que predominaria o agrobusiness, além de dotado de razoável infraestrutura industrial –

relacionada, porém, com a segunda revolução industrial, fato que criaria dificuldades para ele penetrar na era da tecnologia digital; contaria ainda com formidável expansão do setor de serviços, apesar de este ser acompanhado da expansão do trabalho informal e de ser bastante diferenciado – já que destinado, por um lado, a uma minoria de alto poder aquisitivo e, por outro, à maioria da população; também apresentaria uma população rural escassa com contribuição quase insignificante para o PIB e um sistema financeiro atrofiado; apesar de tudo, teria logrado se democratizar – embora conheça presentemente rápido desmonte das instituições sustentadoras desse avanço.

Ainda segundo o autor, residiria em sua “circulação sanguínea” a falha da evolução, já que “sem o dinheiro externo o país não se moveria”: de fato, em 2001 apresentava uma dívida externa equivalente a 41 % do PIB, índice só comparável aos dos EUA – mas destaque-se a diferença de envergadura entre os dois países para se verificar o quanto isso poderia ser catastrófico para o Brasil. Em virtude disso, Oliveira conclui que, somadas as dívidas interna e externa, para produzir um PIB anual o país necessitaria contrair a cada ano uma dívida equivalente. Em outras palavras: o Ornitorrinco – como metaforicamente o autor denomina o Brasil – teria conhecido uma regressão significativa: teria deixado de ser subdesenvolvido – embora as condições subdesenvolvidas ainda prevaleçam – para experimentar um retorno à situação semelhante a da pré-crise de 1929, ou seja, de radical subordinação financeira ao capital externo. A regressão acarretaria uma consequência de amplo alcance: o país teria perdido a capacidade da seleção; em outras palavras, a da escolha entre alternativas possíveis.

Oliveira conclui a análise – radicalmente dialética – apontando ainda três aspectos fundamentais da nova situação: o primeiro destaca as implicações de um fenômeno original e complexo – a saber, a fusão entre a mais valia relativa e a absoluta – decorrente da disseminação da tecnologia digital ou da chamada terceira revolução industrial, que teria aumentado descomunalmente a produtividade do trabalho e possibilitado a eliminação do salário enquanto custo – ou seja, enquanto capital variável – para fazê-lo depender diretamente das vendas efetivas dos produtos; além disso, o aumento sem precedentes do trabalho abstrato virtual implicaria ainda a superação – ou ao menos significativa redução – da diferença entre o tempo de trabalho e o tempo da produção¹⁵. Fenômeno que, por sua vez, exigiria

¹⁵ Nas palavras do autor: “Graças à produtividade do trabalho, desaparecem os tempos de não trabalho: todo tempo de trabalho é tempo de produção”. (p.136). Oliveira completa o raciocínio expli-

por toda parte o fim da jornada de trabalho e da legislação trabalhista relacionada com o estado de bem estar social; exigiria, portanto, a desformalização das relações de trabalho e o fim do emprego e das carreiras – que seriam substituídos pela mera ocupação, sempre precária e de natureza transitória. A dialética não apenas permitiu desvendar essas conexões – insuspeitadas para o olho acostumado a separar e isolar – como captar o próprio movimento tendencial da realidade social ao considerar ser semelhante fenômeno uma imposição global, não uma decisão local; dessa maneira, ele não se restringiria ao país, tendendo antes a se tornar um padrão global, de modo inclusive a penetrar nos países hegemônicos ou desenvolvidos e suscitar uma espetacular polarização mundial entre as classes sociais¹⁶. Para dizer de outra maneira: é da análise da singularidade esdrúxula do país que o autor delinea um traço forte da cena contemporânea – e nada mais dialético do que esse procedimento.

O segundo aspecto refere-se às implicações do aparecimento da tecnologia digital: esta resultaria dos investimentos maciços verificados nos países desenvolvidos na formação de centros de pesquisa, dos quais surgiram tanto a referida tecnologia como também a original relação entre esta e a Ciência, que passaram a ser interdependentes. Consequentemente, o conhecimento produzido por semelhantes instituições não se encontra disponível para todos; ao contrário, ele está condensado em patentes, de modo que o acesso a ele estaria – também por seu custo elevadíssimo – vedado aos países subdesenvolvidos ou impedidos de completar a modernização, aos quais Robert Kurz chama de “pós-catastróficos” (Kurz, 1992). Outro fator impeditivo resulta da própria natureza da tecnologia digital: como seus produtos são transitórios, marcados por rápida obsolescência, ela requer uma expansão contínua de novos conhecimentos, que, por sua vez, exigem permanentemente investimentos vultosos, os quais os países de industrialização truncada ou incompleta não conseguem realizar. Oliveira realça ainda outros aspectos decisivos da penetração dos produtos da tecnologia digital em país periférico: ela seria tanto capaz de “descer aos infernos da desigualdade de renda” – e assim não conhecer crises, desde que a concentração de renda não fosse alterada – quanto conviver com o trabalho precário e informal: os vendedores ambulantes de gadgets eletrônicos ou de bebi-

cando que o trabalho abstrato virtual “é uma fantasmagoria, um não lugar, um não tempo, que é igual a tempo total. Pense-se em alguém em sua casa acessando sua conta bancária pelo computador, fazendo o trabalho que antes cabia a um bancário: de que trabalho se trata?” (138).

¹⁶ Esse aspecto é também constatado e examinado por Paulo Eduardo Arantes no ensaio “A Fratura brasileira do mundo” (2004b), cf. nota 11.

das comprovariam isso. A revolução digital se constituiria desse modo em extraordinário instrumento de dominação no campo das relações entre os países – fato também constatado por Kurz.

Por fim, Oliveira aponta um fenômeno novo na cena brasileira: a transformação da estrutura de classes. Como se pode notar, as transformações no processo de trabalho desmantelaram a classe trabalhadora, que a rigor nem mesmo ocuparia mais um lugar na produção – lugar sem o qual não se pode configurar a classe operária – além de suscitar o fenômeno da “desfiliação”, apontado por Oliveira a partir das análises de Robert Castell (1998), ao qual também se seguiu a derrocada da antiga força política dessa classe. Por outro lado, a expansão do setor de serviços para os pobres tenderia a criar um universo de “empreendedores”, que se resumiria em transformar as ruas ou calçadas das grandes cidades em “tapetes de quinquilharias”, para usar a boa expressão do autor. A transformação mais fundamental, porém, seria experimentada pela antiga elite operária, que passaria a ocupar cargos de gestão nos conselhos diretivos dos fundos de pensão dos trabalhadores; nessa função, os ex-operários – tornados “operadores simbólicos” (Reich, 1992, cit. Oliveira, 2003: 146) – administrariam o dinheiro dos trabalhadores para investir no mercado; em outros termos, para financiar o desenvolvimento do capitalismo e, paradoxalmente, o conseqüente desmantelamento do universo de trabalho. Tais operadores simbólicos – que formariam o núcleo duro do PT (Partido dos Trabalhadores), segundo Oliveira – passariam a constituir uma nova classe social – próxima à burguesia, mas sem com ela se confundir – à qual também pertenceriam os intelectuais transformados em tecnocratas ou banqueiros oriundos do governo de Fernando Henrique Cardoso, que formariam o núcleo duro do PSDB (Partido Social Democrata Brasileiro). Apesar da discórdia eleitoral entre estes dois segmentos, seus interesses materiais coincidiriam: ambos pertenceriam a essa mesma nova classe social, fato que explicaria objetivamente a continuidade da política neoliberal – adotada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) – pelos governos presidenciais do Partido dos Trabalhadores (2002-2014).

IX

Para (provisoriamente) concluir: vale lembrar outro derradeiro representante dessa escola de pensamento, Paulo Eduardo Arantes, já acima referido, que em um pequeno ensaio muito oportunamente intitulado “Apagão” (2004) sustenta ter essa

forma de pensamento dialético e crítico se esgotado justamente por volta do início do novo século: ou seja, o nervo da crítica teria se atrofiado exatamente no momento em que a onda neoliberal conhecia grande disseminação – de modo inclusive a prevalecer mesmo com a troca do governo peessedebista pelo governo petista (cabe questionar?).

Enfim, questões como essa dão o que pensar. De fato, o que doravante podemos esperar? Que o capitalismo “continue empilhando vitórias”, para usar outra frase provocadora de Roberto Schwarz (1999b: 162)? Que o pensamento crítico local efetivamente se esgotou e nada mais têm a dizer? Ou, ao contrário, que é necessário – urgente – repensar sua trajetória, assim como a da própria esquerda, a fim de assimilar as eventuais derrotas e desse modo conquistar uma posição apta para estabelecer a crítica em novo patamar, capaz de alimentar uma imagem do futuro como radicalmente diferente do atual presente? Porque, como deixou claro Francisco de Oliveira, não há solução para o futuro se não soubermos superar a miséria, cuja existência afronta não apenas a ideia mesma de justiça, mas também a de humanidade.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, Paulo Eduardo (2014): “1964”, in *O novo tempo do mundo*, São Paulo: Ed Boitempo.
- ARANTES, Paulo Eduardo (2004): “Apagão”, in *Zero à esquerda*. Coleção Baderna. São Paulo: Conrad Editora.
- ARANTES, Paulo Eduardo (2004b): “A fratura brasileira do mundo” in *Zero à esquerda*, São Paulo: Conrad. Editora.
- CANDIDO, A. (1987): “Literatura e subdesenvolvimento”. in *A Educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Editora Ática.
- CANDIDO, A. (1970): “Dialética da malandragem”, *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo.
- CARDOSO, Fernando Henrique (1997): *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. São Paulo: Ed. Paz e Terra.
- CARDOSO, Fernando Henrique (1972): *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil*. São Paulo, Ed. DIFEL.
- CASTELL, Robert (1998): *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Coleção zero à esquerda, Petrópolis: Ed. Vozes.
- FRANCO, Maria Sylvia Carvalho (1969): *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Editora USP.
- FRANCO, Renato (2016): *Terrorismo de Estado y democracia em Brasil: rupturas, permanências*. (Un panorama para extranjeros), in Dossier “América Latina: crises de

los gobiernos progressistas y alternativas actuales” in Revista Herramienta nº58, Otoño, Buenos Aires, Argentina.

FRANK, Andre Gunder (1966): *O desenvolvimento do subdesenvolvimento*. (Originalmente publicado em Monthly Review vol 18 nº4, setembro de 1966). Disponível em português em:

http://beneweb.com.br/resources/Teorias_e_experi%C3%AAsncias_de_desenvolvimento/7%20Andr%C3%A9%20Gunder%20Frank%20O%20desenvolvimento%20do%20subdesenvolvimento.pdf

FRANK, Andre Gunder (1965): *Capitalismo y subdesarrollo em América Latina*. Tradução Elpidio Pacios Santiago: CEM – Centro de Estudos Miguel Enríquez.

FURTADO, Celso (2007): *Formação econômica do Brasil*. Prefácio de Luiz Gonzaga Belluzzo. São Paulo: Companhia das Letras.

FURTADO, Celso (2000): *O capitalismo global*. São Paulo: Ed. Paz e Terra.

FURTADO, Celso (2009): *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Apresentação de Rosa Freire d’Aguiar. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Celso Furtado,

KURZ, Robert (1992): *O colapso da modernização*. São Paulo: Ed Paz e Terra.

NOVAES, Fernando (1979): *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Ed. Hucitec.

OLIVEIRA, Francisco (2003): *Crítica da Razão dualista. O Ornitórinco*. São Paulo: Ed. Boitempo.

REICH, Robert (1992): *The work of nations*. New York: Vintage Books.

ROSTOW, Walt W. (1961): *Etapas do crescimento econômico*, São Paulo: Ed. Zahar.

SANTOS, Theotônio dos (1979): *Teoria da Dependência: Balanço e Perspectivas*. Rio de Janeiro, Ed Civilização Brasileira.

SANTOS, Theotônio dos (1998): A Teoria da dependência: balanço e perspectivas. in <https://drive.google.com/file/d/0B0eSnYD-sJTWR0dXSXZZb2trYjQ/view>

SCHWARZ, Roberto (1977): *Ao vencedor, as batatas*. São Paulo: Ed Duas cidades.

SCHWARZ, Roberto (1990): *Machado de Assis: um mestre na periferia do capitalismo*. São Paulo: Ed. Livraria Duas Cidades.

SCHWARZ, Roberto (1999): “Um Seminário de Marx”, in *Sequências Brasileiras*, São Paulo: Ed Companhia das Letras.

SCHWARZ, Roberto (2012): “Na periferia do capitalismo. Entrevista in *Martinha versus Lucrecia*, São Paulo: Ed. Companhia das letras.

SCHWARZ, Roberto (1987): “Nacional por subtração”, in *Que Horas são?* São Paulo: Companhia das Letras.

SCHWARZ, Roberto (1999b): “Fim de século”. in *Sequências brasileiras*, São Paulo: Ed Companhia das letras.

SCHWARZ, Roberto (2012b): “Sobre Adorno”. Entrevista in *Martinha versus Lucrecia*, São Paulo: Ed. Companhia das letras.

VIRILIO, Paul & LOTRINGER, Sylvere (1984): *Guerra Pura: a militarização do cotidiano*. Tradução Laymert Garcia dos Santos. São Paulo: Ed Brasiliense.